SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **19**

CAPÍTULO 1

O PROCESSO CIVIL E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS **21**

1. Direito material e direito processual 21
2. Conflitos individuais e conflitos coletivos 26
3. A Resolução de Conflitos é uma Questão Cultural 31
4. Métodos não judiciais de resolução de conflitos 35
   - 4.1 Os "meios alternativos" são realmente "alternativos"? 38
   - 4.2 Autotutela 40
   - 4.3 Acordo 42
     - 4.3.1 Conciliação 45
     - 4.3.2 Mediação 48
       - 4.3.2.1 Mediação e entes públicos 52
     - 4.3.3 Motivos e críticas relacionadas ao Acordo 54
5. Arbitragem 57
   - 5.1 Critérios para a arbitragem: a "arbitrabilidade" 58
   - 5.2 Por que optar pela arbitragem? 59

5.3 O Procedimento da Arbitragem 61

6. Métodos mistos: cláusulas escalonadas e *dispute boards* 64

7. Os "Meios on-line de Resolução de Disputas" (ODR) 66

8. Resolução de conflitos na realidade: empresas como Tribunais? 68

9. Resolução judicial de conflitos 71

CAPÍTULO 2

NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL 73

1. Premissas 73

2. O Código de Processo Civil: uma história 74

3. Contexto de aplicação do CPC de 2015 76

4. Normas fundamentais: regras ou princípios? 79

5. As Normas Fundamentais e as "Fases" do Processo: Entre os Meios e os Resultados 82

6. Supremacia da Constituição 86

7. O devido processo legal 88

7.1 O devido processo é um fim em si mesmo? 91

7.2 O devido processo no Direito Continental? 92

7.3 O devido processo para quem está errado 94

7.4 O devido processo para além do processo judicial 96

7.5 E-devido processo (*e-due process of law*) 99

8. Proporcionalidade 101

8.1 Proporcionalidade ampla ou panprocessual 103

9. A inafastabilidade da jurisdição 107

10. Legalidade 111

11. Inércia 112

11.1 Impulso oficial 112

12. Demanda 113

12.1 O princípio da demanda e a atual feição do processo 116

12.2 Conhecimento dos fatos 118

12.3 Classificação das questões 119

13. Contraditório 122

13.1 Contraditório e duração do processo: mais ou menos processo? 124

13.2 E a ampla defesa? 125

13.3 Contraditório e paridade de tratamento (paridade de armas) 126

13.4 Contraditório como direito de influência e proibição de decisões surpresa 128

13.5 Contraditório, cooperação e boa-fé 131

13.6 Um esquema para o contraditório 135

13.7 Limites ao contraditório 136

13.7.1 Contraditório como ônus, não como dever 136

13.7.2 Debate apenas sobre o que for necessário 137

13.7.3 O limite dos autos 138

13.7.4 O contraditório e o princípio da proibição da prova ilícita: o processo e a verdade 139

13.7.4.1 Os limites da exclusão de provas ilícitas 141

14. Prioridade para a solução consensual do conflito 145

14.1 Audiência de conciliação ou de mediação antes da contestação 145

14.2 O fracasso da autocomposição no Judiciário: o problema dos estímulos 149

15. Juiz natural 151

15.1 Juiz natural e imparcialidade: ausência de impedimento ou suspeição 152

15.2 Parâmetros internacionais de conduta judicial: os princípios de Bangalore 152

15.3 Juiz imparcial e vieses cognitivos 157

15.3.1 Heurística de disponibilidade 159

15.3.2 Heurística de representatividade 160

15.3.3 Heurística de ancoragem-ajustamento 161

15.3.4 As heurísticas e sua influência na decisão judicial 161

15.4 Juiz natural e suas garantias 163

15.5 Juiz natural como garantia institucional 165

15.6 Juiz natural, vara especializada e mutirões 166

16. Publicidade 166

17. Motivação 169

17.1 Modelos de condução do processo: inquisitivo, adversarial e cooperativo 169

17.2 Modelos de fundamentação judicial 172

17.3 *Standards* probatórios e ônus argumentativo 175

17.4 A fundamentação das decisões: o problema qualitativo 178

18. Duplo grau de jurisdição 182
19. Duração razoável do processo 184
19.1 Ordem e prioridade de tramitação 187
20. Princípio da efetividade da tutela jurisdicional..... 190
21. Princípio da economia processual 192
21.1 Causas repetitivas e grandes litigantes 193
22. Normas fundamentais e abuso processual 197

CAPÍTULO 3
A TEORIA DA AÇÃO 201
1. Advertência inicial..... 201
2. Ação: conceito fundamental..... 201
2.1 Ação na teoria imanentista de Savigny..... 202
2.2 Teoria concreta da ação 203
2.3 Teoria abstrata da ação 205
2.4 Teoria eclética..... 206
2.5 Teoria instrumental da ação 209
2.6 Ação e acesso à justiça 212
2.7 Ação e pretensão 217
2.8 Elementos da ação 218
2.8.1 Partes..... 219
2.8.2 Causa de pedir..... 219
2.8.3 Pedido 220

CAPÍTULO 4

A TEORIA DO PROCESSO 225

1. Processo 225

1.1 A Natureza do Processo e a Relação Processual 226

2. Procedimento 230

2.1 Flexibilidade Procedimental 231

2.1.1 Negócio processual e calendário processual 233

3. O processo e os "autos" 236

4. O processo e a cumulação de ações 237

5. A formação e o desenvolvimento do processo: os pressupostos processuais 239

5.1 Juiz investido de jurisdição 241

5.2 Juiz imparcial 242

5.3 Juiz competente 243

5.4 Partes com capacidade de ser parte (capacidade de estar em juízo) 243

5.5 Capacidade processual (*legitimatio ad processum*) 244

5.5.1 Situação particular: o curador especial 246

5.5.2 Situação especial: pessoas casadas 246

5.6 Capacidade postulatória 248

5.6.1 Capacidade postulatória e acesso à justiça 249

5.7 Pressupostos da demanda: petição inicial apta e citação válida 250

5.8 Observância do procedimento legal 251

5.9 Pressupostos negativos ou fatos impeditivos 251

5.9.1 Litispendência 252
5.9.2 Coisa julgada 255
5.9.3 Perempção 256
5.9.4 Convenção de arbitragem 258
5.9.5 Nulidades processuais 259
5.9.6 Causas suspensivas 263
6. "Condições da ação" 265
6.1 Interesse 268
6.1.1 Perda superveniente do interesse de agir (perda de objeto) 270
6.1.2 Interesse de agir na pretensão declaratória 271
6.1.3 Interesse de agir e tutela preventiva 273
6.2 Legitimidade 275
6.2.1 Legitimação extraordinária 276
6.3 Condições da ação e teoria da asserção 279
7. Falta de pressupostos processuais ou condições da ação 280
8. Processo e julgamento do mérito 282
9. Sujeitos do Processo 288
9.1 Partes 288
9.1.1 As "capacidades" e a atuação em juízo 292
9.1.2 Litisconsórcio 293
9.1.2.1 Litisconsórcio facultativo e litisconsórcio necessário 296
9.1.2.2 Litisconsórcio simples e litisconsórcio unitário 301

9.1.2.3 Consequências da violação de uma regra de litisconsórcio necessário 304

9.2 Terceiros 306

9.3 Intervenção de Terceiros 310

9.3.1 Intervenção voluntária e intervenção forçada ... 312

9.3.2 Intervenção por iniciativa judicial 315

9.4 Modalidades típicas de intervenção de terceiros 316

9.4.1 Assistência 317

9.4.1.1 Assistência simples e assistência litisconsorcial 318

9.4.1.2 O regime da assistência simples 322

9.4.1.3 O regime da assistência litisconsorcial 325

9.4.1.4 Aspectos procedimentais 327

9.4.1.5 O efeito da assistência simples 330

9.4.2 Denunciação da Lide 333

9.4.2.1 As hipóteses de denunciação da lide no Código de Processo de 2015 ... 336

9.4.2.2 O procedimento da denunciação da lide 340

9.4.2.3 A denunciação da lide e a decisão das lides 344

9.4.3 Chamamento ao processo 347

9.4.3.1 As hipóteses de chamamento ao processo 349

9.4.3.2 O chamamento ao processo é injusto com o autor? 354

9.4.3.3 Procedimento do chamamento ao processo 356

9.4.4 Incidente de desconsideração de personalidade jurídica..... 358

9.4.4.1 A desconsideração e o processo civil 360

9.4.4.2 O procedimento do incidente de desconsideração 361

9.4.5 *Amicus Curiae* 365

9.4.5.1 A complexidade processual e a figura do *amicus curiae* 366

9.4.5.2 Os requisitos normativos para o *amicus curiae* 370

9.4.5.3 *Amicus curiae* e assistência 371

9.4.5.4 O procedimento da intervenção de *amicus curiae* 373

9.5 Ministério Público..... 378

9.5.1 O Ministério Público no processo coletivo..... 379

9.5.2 O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica 380

9.6 Defensoria Pública 383

9.7 Juiz 386

9.8 Auxiliares da Justiça..... 390

CAPÍTULO 5

A TEORIA DA JURISDIÇÃO 391

1. Jurisdição 391

1.1 Jurisdição e competência 391

2. A jurisdição e seus discursos clássicos: para que serve o processo? 392

3. A Jurisdição e a Tutela dos Direitos 394

4. A jurisdição e suas características 395

4.1 Jurisdição como solução de conflitos por um terceiro imparcial estatal (heterocomposição) 395

4.2 Jurisdição como atuação no caso concreto 396

4.3 A jurisdição como atividade imperativa 399

4.4 Jurisdição como atividade criativa 404

4.5 A jurisdição como técnica de tutela dos direitos 406

4.6 A jurisdição como atividade sem controle externo 407

4.7 A jurisdição como tomada de decisão apta a formar coisa julgada 409

5. Princípios aplicáveis à jurisdição 410

6. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária 411

7. A Jurisdição e a Teoria dos Precedentes 414

7.1 Teoria dos precedentes: breves aproximações 415

7.2 Os precedentes e o senso de justiça 416

7.3 Os precedentes no Direito: um pouco de história 418

7.3.1 O papel do juiz nos sistemas de *Common Law* 419

7.3.2 O papel do juiz nos países de *Civil Law* 421

7.4 Os "precedentes judiciais" e o papel dos Tribunais 423

7.5 Conceitos básicos para a compreensão do sistema de precedentes 428

8. Definição da competência e seus critérios 438
8.1 Organização do Poder Judiciário brasileiro 438
8.2 Os critérios para a definição da competência 440
8.3 Competência absoluta e competência relativa 441
8.4 Alegação de incompetência 443
8.5 Momento de fixação da competência 444
8.6 Conexão e continência 446
8.7 Um guia para a definição da competência 448
8.8 Limites da jurisdição brasileira 449
8.9 Cooperação jurisdicional internacional 451
8.10 Competência de justiça 457
8.11 Competência originária 460
8.12 Competência territorial 463
8.13 Competência de juízo 466
8.14 Competência interna 467
8.15 Competência recursal 468
8.16 A competência funcional 468
8.17 Conflitos de competência 469

REFERÊNCIAS 473